

## EDITORIAL\*

O Movaut é um coletivo autogestionário que vem atuando há cerca de trinta anos. Nossa perspectiva vai da radicalidade da análise, o movimento de escrutínio às raízes do capitalismo, para a radicalidade das formas de luta que levam à sua abolição. Nossa análise funda-se na perspectiva de classe do proletariado como classe autodeterminada, o que leva ao materialismo histórico-dialético e a luta de classes como pressuposto da análise e ação política. O Movaut entende que a realidade existente não deve ser somente criticada, mas também superada concretamente.

A vigésima quarta edição da revista apresenta contribuições significativas para a conscientização dos caminhos que devemos seguir e das barreiras e dos inimigos que precisamos derrotar, para a construção de uma sociedade autogerida.

Somente lutas autogestionárias podem conduzir à autogestão social. Esse é o centro de todos os artigos aqui apresentados, nas três seções da revista: no dossiê “Luta de classes e estratégia revolucionária”, nos demais textos e nas traduções. Não poderia ser diferente. Há mais de um século e meio o proletariado revolucionário em suas ações concretas e em suas expressões teóricas contra a exploração da sociedade capitalista demarcaram os caminhos que demonstram a inviabilidade das instituições orientadas pela burocracia e pela verticalidade como condutoras das lutas. As formas das lutas devem ter relação direta com o conteúdo das lutas. Neste sentido, somente organizações autogestionárias são capazes de apresentar as sementes e as ações concretas de enfrentamento ao capital. Contrarrevolucionárias são todas as formas de organização burocratizadas, centralizadas e lideradas pelos autorrepresentados e autolegitimados intelectuais de vanguarda e seus burocratas, tais como os partidos políticos e os sindicatos.

A luta cultural, expressa na revista *Enfrentamento*, permite a crítica radical dessas instituições e o fortalecimento do bloco revolucionário para os combates contra o bloco dominante e o bloco progressista, rumo ao fortalecimento e

---

\* Editorial da Revista *Enfrentamento*. Goiânia: ano 14, nº 24, 2019.

consolidação de um bloco revolucionário. O *dossiê Luta de classes e estratégia revolucionária*, aqui apresentado, tem esse objetivo.

Abre o dossiê o texto de Nildo Viana, *Blocos sociais e estratégia de classe*. Nele, há a elucidação das noções de estratégia e tática pela perspectiva do marxismo autêntico, bem como a crítica dessas noções como praticadas pela tradição bolchevique. A partir da teoria dos blocos sociais, Viana apresenta como as classes sociais fundamentais, burguesia e proletariado, bem como as demais classes sociais e suas frações, alinham-se aos blocos sociais, no caso, dominante, progressista e revolucionário. O artigo elucida as respectivas estratégias de cada bloco, demonstrando como as lutas de classe se dão no capitalismo. Por fim, apresenta as lutas que o bloco revolucionário, como expressão do proletariado revolucionário, deve conduzir para a autodeterminação dos trabalhadores e para a sociedade autogerida.

O artigo de Edmilson Marques, *Luta cultural e estratégia revolucionária* traz excelente complemento ao texto anterior. Edmilson Marques define o que é luta cultural, o que é estratégia revolucionária e quais as suas relações. Na primeira parte, demonstra a importância da luta cultural, sua contribuição para a autoformação das classes desprivilegiadas a partir da exploração e alienação que experimentam no capitalismo, analisando como os períodos de menor ou maior acirramento das lutas influenciam esse processo. Na segunda parte, o autor caminha por textos fundamentais do marxismo autogestionário para definir o que é estratégia revolucionária. Assim, na terceira parte, encerra a reflexão explorando as relações entre luta cultural e estratégia revolucionária, sua unidade indissolúvel e como se apresentam em diferentes suportes, seja em forma de teoria, seja em forma de arte.

O leitor que optar pela sequência do dossiê perceberá que o seu caráter orgânico toma forma cada vez mais concreta com o artigo de Lucas Maia, *Capitalismo contemporâneo e estratégia revolucionária hoje*. Maia apresenta uma leitura sintética dos principais elementos que compõem o capitalismo contemporâneo, indo da questão da chamada reestruturação produtiva às formas e crises da acumulação de capital pelas contribuições do conceito de regime de acumulação integral. Na segunda parte, o autor investe em leitura crítica de livros que foram considerados

fundamentais pelo bloco progressista para o entendimento do capitalismo contemporâneo, realizando crítica radical dos limites dos livros e, principalmente, do bloco progressista, cada vez mais saudosos de um estado de bem-estar social, à procura de um keynesianismo reformulado. A síntese das determinações que explicam o capitalismo contemporâneo permite a Maia, na terceira parte do artigo, explorar com a necessária lucidez e utopia os desafios que temos pela frente na luta pela autogestão social. Para tanto, realiza uma análise das formas de luta que se acumulam dos anos de 1990 até hoje, demonstrando suas potencialidades e suas limitações enquanto expressões do bloco revolucionário.

O penúltimo texto do dossiê, *MPL-SP, junho de 2013 e os limites do autonomismo*, de Diego Marques, tem proximidade e complementaridade com o texto anterior, dado que usa da perspectiva autogestionária para realizar um estudo crítico do conteúdo e das formas de organização do MPL-SP, explorando os atos de junho de 2013. A análise de Marques destoa das convencionais interpretações sobre os acontecimentos daquele ano ao escolher tal caminho. O autor torna claro como foram as limitações da radicalidade das formas de ação e das pautas escolhidas pelo movimento os fatores que contribuíram pela sua incapacidade de enfrentar o crescimento das adesões às ações que vinham estabelecendo. Ao sintetizar as determinações do autonomismo, do movimento estudantil e da história do MPL, Marques chega à conclusão de que seu reformismo radical o posiciona como setor radicalizado do bloco progressista, ou seja, distante do bloco revolucionário e da luta radical contra o capitalismo.

À primeira vista, o texto seguinte do dossiê, de autoria de Gabriel Teles, intitulado *Marxismo Autogestionário e Leninismo: oposição ou antagonismo*, pode parecer deslocado da sequência e da organicidade dos textos anteriores. Um grande engano. A luta contra a tradição bolchevique e sua constante atualização nos movimentos sociais, no movimento estudantil, nos partidos e nos sindicatos significa uma das principais formas da luta cultural e das lutas autogestionárias. Como ressaltamos no início, se conteúdo e forma não estão ligados, as lutas são limitadas ou contrarrevolucionárias. Neste sentido, o artigo de Teles explora de modo sintético, seja para aqueles com maior bagagem de leitura, seja para os iniciantes,

como os elementos centrais do leninismo, sobretudo a ideologia da vanguarda e a organização em partidos, são antagônicos ao marxismo autêntico, o marxismo autogestionário. Quando explora as quatro consequências do antagonismo entre leninismo e marxismo autogestionário, o autor deixa claro que não estamos diante de uma querela teórica, mas de questão central para as organizações do bloco revolucionário. Neste sentido, o texto contribui significativamente para a luta autogestionária.

Encerramos o dossiê da presente edição com o texto do MOVAUT Neoliberalismo discricionário e seus impactos na educação: a resposta autogestionária, onde vários militantes do Movaut se reuniram para realizar a crítica do projeto do governo Jair Bolsonaro para a educação superior e tecnológica, chamado FUTURE-SE. Esta nova política educacional insere-se numa nova fase da ofensiva neoliberal, marcada pela agressividade das políticas, rompendo o neopopulismo neoliberal da era dos governos do PT. O artigo realiza a crítica do programa FUTURE-SE e insere tal crítica dentro da estratégia revolucionária de reivindicações imediatas e projeto de transformação social. A leitura deste artigo é fundamental para os interessados em perceber como realizamos a crítica do presente relacionando-a com o projeto de transformação social voltado para o futuro.

A seção *Textos* traz duas contribuições. Alessandro Macedo explora a questão da consciência na obra de Karl Marx. O texto *A consciência em Marx* defende de maneira inequívoca a tese de que “a consciência não é nada mais do que o ser consciente”. Ao trabalhar de modo claro e conciso como Marx desenvolveu o materialismo histórico, Macedo elucida o antagonismo entre marxismo e positivismo, os problemas derivados das oposições entre sujeito e objeto, consciência e realidade, para, ao final, com o debate sobre ideologia e ideólogos, fechar o artigo com as relações entre luta de classes e consciência de classe.

O texto de Aline Ferreira, *José Paulo Netto e a definição não marxista de marxismo* realiza a crítica do livro “O que é marxismo”. Ferreira demonstra de modo desapiedado os limites e falsas contribuições da obra. A autora defende que Netto propositalmente tenta relegar todo o debate e lutas antileninistas do começo do século vinte ao esquecimento, para defender de modo precário a tese dos

marxismos, ou seja, da pluralidade de perspectivas no interior do marxismo derivadas dos anos 1950 em diante, ou seja, o lugar comum sobre ideias marxianas e ideias marxistas. Com habilidade, Ferreira demonstra as falácias e interesses políticos dessa posição, trazendo, a partir da definição de marxismo como expressão teórica do proletariado revolucionário, os elementos que permitem a defesa de um marxismo autêntico contra as práticas do pseudomarxismo, infelizmente presentes no ambiente acadêmico e na militância.

A última seção, *Traduções*, traz excelentes reflexões. O texto de Pannekoek, “*As ideologias*”, aponta para a importância da consciência no processo revolucionário: toda luta social é também uma luta de ideias, de concepções e de pensamento. Ou seja, a transformação social exige que uma transformação radical na consciência dos seres humanos; daí a importância fundamental da luta cultural.

Já o texto de Otto Ruhle, “*Qual Posição Tomar?*”, evidencia a necessidade de pensar uma estratégia revolucionária para o proletariado sem cair no canto da sereia da burguesia e da burocracia. O autor escreve no contexto da segunda guerra mundial, a propósito da criação da frente democrática contra o fascismo. Para Ruhle, a solução revolucionária está em romper com as tradições e vestígios das organizações do passado (sejam elas democráticas ou totalitárias, fruto da própria dinâmica capitalista).

O texto “*Mulheres membros do Parlamento*”, de Sylvia Pankhurst, tece uma crítica fundamental as mulheres que reivindicam o parlamento e a democracia burguesa. A revolucionária vincula a ideia de emancipação da mulher a transformação social via movimento operário, colocando que novas formas de organização devem ser construídas para o desenvolvimento do processo revolucionário e que a democracia e o parlamento são contrarrevolucionários.

O documento “*Manifesto dos Antiparlamentares Alemães para o Proletariado de Todo o Mundo*” do KAPD, escrito em 1921, corresponde a uma crítica radical a III Internacional e aos partidos políticos e sindicatos da sua época. O KAPD declara em seu programa, escrito por Otto Ruhle, que “não é um partido no sentido tradicional”, ou seja, não se trata de uma organização burocrática, cujo objetivo é a conquista do poder estatal. Deriva daí elementos de sua estratégia: a) destruição dos partidos

políticos e do parlamentarismo como um todo; b) destruição dos sindicatos; c) defesa radical das organizações de empresa e dos conselhos operários como estratégia de organização, ação e luta do proletariado.